

AUDIÊNCIA PÚBLICA 29SET2011

Pauta: Pisa – Programa Integrado Socioambiental

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h35min) Senhoras e senhores, boa-noite. Neste momento, damos início à audiência pública com o objetivo de debater sobre as obras do Projeto Integrado Socioambiental – Pisa, no bairro Cristal. Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Sofia Cavedon; o Sr. Mauro Pereira, representante da Associação dos Moradores da Rua Tamandaré e Conselheiro do OP Cristal; o Sr. Ver. Professor Garcia; a Ver.^a Fernanda Melchionna; o Sr. Roberto Freitas, representante do Departamento Municipal de Habitação; o Sr. Stanley do Amaral, representante do DEP; o Sr. Carlos Pires, representante da EPTC; o Sr. Paulo Soares Luz, representante do DMAE; o Sr. Carlos Machado, representante do Pisa – Programa Integrado Socioambiental; a Sra. Marcia Rodrigues, Coordenadora do Programa Integrado Socioambiental – Pisa.

Enquanto a Sra. Marcia se dirige até a Mesa, passamos à leitura do edital: (Lê.) “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as obras do Projeto Integrado Sócio-Ambiental – Pisa – no Bairro Cristal. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 29/09/2011, às 19 horas, na sede da Associação Amigos do Cristal – SAC, sito à Rua Curupaiti, nº 845, Bairro Cristal, com o objetivo de debater sobre as obras do Projeto Integrado Sócio-Ambiental – PISA – no Bairro Cristal. Gabinete da Presidência, 14 de setembro de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente.”

A Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas, já vimos que temos um problema bom, temos pessoas em pé. As audiências públicas da Câmara de Vereadores são um instrumento que a população tem de se fazer ouvir, de construir alternativas para os seus problemas, de a Câmara fazer a mediação entre as demandas da população e as políticas públicas. Então, esta audiência está se realizando a pedido da comunidade. Audiência pública, inclusive, é tão importante e tão consagrada que a nossa

Lei Orgânica determina que, a pedido da comunidade, a Presidência tem que encaminhar no prazo de 30 dias. Isso num capítulo que se chama “O Direito à Informação”; capítulo da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Então, ela é um instrumento previsto na Lei Orgânica, regulamentada inclusive, chamada em Diário Oficial, e tem prazos. A gente não pode inventar uma audiência pública, fazer de um dia para o outro e dizer que a população não veio. Nós estamos muito felizes com a presença de vocês. Nós queremos aqui agradecer a presença do Governo, das várias Secretarias já nominadas e que estarão respondendo as questões e construindo encaminhamentos. Quero parabenizar as comunidades do Cristal pela belíssima mobilização e presença nesta reunião.

Qual é a dinâmica da audiência pública? O demandante, quem pediu a audiência, faz a primeira fala, que é para explicar qual é a razão do pedido da audiência. O Mauro Pereira vai fazer a primeira fala, e, depois, nós vamos ver se o Governo ou alguma Secretaria já quer dar algumas respostas e começar o diálogo. Aí, nós abrimos para as intervenções de vocês. Nós combinamos aqui até dez intervenções de cinco minutos, falas da comunidade para tirar dúvidas, levantar outros problemas e tal. Centralmente, os nossos problemas são as implicações tanto do Pisa quanto das obras da Copa aqui nesta região, as alternativas que os moradores têm, o que está previsto, a informação e a construção conjunta.

É a segunda audiência, nós já fizemos uma aqui, no Cristal, em maio, em que nós tivemos vários Vereadores, o Governo, que se comprometeu em manter um diálogo permanente, apresentar o projeto. Então, hoje nós vamos revisar e ver o que aconteceu, de lá para cá, nessa interlocução Governo e comunidade. A partir deste momento, vocês podem se inscrever com o nosso pessoal da Diretoria Legislativa aqui ao lado, para as falas na sequência.

De imediato passo a palavra ao Mauro Pereira, representante da Associação dos Moradores da Rua Tamandaré e Conselheiro do OP Cristal.

O SR. MAURO PEREIRA: Boa-noite a todos, boa-noite a todas, senhoras e senhores, todos os presentes. É com muita honra e satisfação que eu tenho a oportunidade de saudá-los nesta noite e pedir a todos uma atenção especial para o debate que aqui irá se instalar, uma vez que o bairro Cristal está passando por grandes transformações – transformações econômicas, financeiras, urbanísticas –, e todas elas trazem um impacto.

O motivo desta assembleia popular, desta audiência que nós solicitamos à Câmara de Vereadores é para tentar sensibilizar o ente público, a Prefeitura das nossas necessidades que, infelizmente, não estão sendo satisfeitas. Por exemplo, nós temos um projeto, o Programa Integrado Socioambiental, que é um programa de grande porte, é um programa que traz um benefício de muito significado para a população da Cidade, porque ele visa à reestruturação e ao aproveitamento de 80% das redes de água, de esgoto em benefício da população. Isso é uma parte, isso é o que todos nós vemos aqui nesses canos que estão na beira do rio Guaíba, que estão posicionados, isso é a ponta do *iceberg*. O que está debaixo, o que nós não vemos são os demais programas que estão vinculados ao Pisa, como, por exemplo, o problema da habitação, do reassentamento popular no bairro. Para minha surpresa, hoje eu estive, antes de vir para cá, em reunião com a Dona Marcia, que gerencia o Programa, para discutirmos sobre um dos temas polêmicos, que é o da desapropriação de moradores em função da necessidade de áreas para o reassentamento. Nós temos aqui três áreas disponíveis, uma delas já está cadastrada ao Pisa, que é a área da Rua Cel. Claudino, uma área que já está vazia, mas que, por muito pouco, a comunidade não perde para uma floricultura. Temos também uma outra área apontada que é a área da Rua Cel. Massot, uma parte que é do terreno do IPE, que, no contrato firmado com a Prefeitura – e eu tenho aqui –, existe já uma intenção objetiva de adquirir aquele terreno para fazer o reassentamento. E a terceira hipótese, que nós achamos mais viável, é a área situada entre a Av. Diário de Notícias e a Av. Wenceslau Escobar, uma área que hoje está vazia, que nós conhecemos popularmente como as áreas do Jockey Club. Ofertamos estas soluções e até agora não tivemos resposta. E nos choca porque, diante de um tempo, de um clima como nós tivemos neste inverno, 52 dias de chuva torrencial, muitos dos nossos irmãos estão passando por grandes dificuldades dentro de suas casas. São excrementos, cobras, ratos, baratas entrando dentro das casas. As promessas do antigo Prefeito José Fogaça que hoje deveriam estar sendo cumpridas pelo atual, Sr. Fortunati, não estão sendo cumpridas, por quê? Porque nós não temos uma unidade habitacional construída no nosso bairro! Foi divulgado que as comunidades teriam a oportunidade de optar pelo bônus-moradia num valor que era de R\$ 40 mil – me parece que foi reajustado, não tenho certeza –, ou elas iriam para um reassentamento popular. Nós temos um que é lá na Vila Nova, mas que está se deteriorando porque o material não é um material de grande qualidade. E teria a

terceira opção, que era de permanecer no bairro diante da construção de casas populares. Pois bem, não temos nenhuma!

Nós temos um Governo que faz sete anos que está na Prefeitura e, até agora, não levantou uma casa popular! O dinheiro já foi liberado – eu tenho aqui cópia do contrato –, e nada aconteceu! Mas aí tem um detalhe: não temos áreas para construir casas populares, precisamos desapropriar, nós temos uma necessidade de construir, vão-se desapropriar pessoas que desenvolvem e que, efetivamente, exercem a sua função social, que é de habitar. Elas habitam o lugar! Existem leis e essas leis, infelizmente, não estão sendo respeitadas. Não são palavras minhas, são palavras da Dra. Raquel Rolnik, que esteve no mês passado andando nessas comunidades. Abordamos com ela temas como este, e ela foi clara: o direito humano de habitar tem que ser respeitado.

Casualmente, nós temos aqui, eu trouxe para quem quiser olhar, está aqui, cópia de um processo que está tramitando na SMOV, na Secretaria de Planejamento e Urbanização, um processo no qual a Ônix Imobiliária, Construção e outros está recebendo permissão para edificar apartamentos de luxo numa área que deveria ser entregue e ocupada, o objetivo do Programa. Então, o que nos choca? Que a Prefeitura não sabe o que está fazendo, está desorganizada. Porque, se nós trabalhamos na iniciativa privada, e o teu patrão te pede uma coisa e tu não fazes, podem acontecer coisas muito infelizes. Agora, a Prefeitura nos pede: “Eu quero área popular para fazer reassentamento”, mas está entregando ali a área própria para reassentar. Terreno vazio, plano, desonerando os cofres públicos, estão fazendo o quê? Entregam para o Seu Fulano, entregam para o Seu Beltrano. E ele tem direito adquirido, porque ele ingressou na Prefeitura, há alguns meses, com um projeto. E o direito de vocês, que moram há 10, 15, 20, 40 anos aqui, não é adquirido? Não, o de vocês não, direito adquirido é o dele. Ontem, o Congresso Nacional, o Conselho de Ética extinguiu um processo contra o ex-Ministro dos Transportes e mais 20 assessores. Não tem nada a apurar. Ontem, um Vereador de Feliz foi flagrado com uma menina de 15 anos. Essas são algumas das aberrações da nossa vida política. E hoje, graças à Vereadora e a alguns outros Vereadores, nós conseguimos trazer para o nosso Bairro esta audiência pública, porque chega de promessas! Chega de brincar com o coletivo, com a psicologia do mais pobre! Chega de gastar dinheiro da forma que está sendo gasta! Eu tenho aqui para vocês... (Palmas.) Muito obrigado. Está aqui: Decreto de desapropriação da Rua Tamandaré, “Minha Casa, Minha Vida”, eu estou

sendo desapropriado. Mas a Ônix Imobiliária já tem até parecer da Cauge para lhe entregar um terreno para fazer edificações de 12 metros de altura! Quer dizer que ele pode morar aqui; eu não! Do lado da minha casa, na Rua Tamandaré, isso faz mais ou menos dois anos, existem prédios erguidos – nada contra os moradores do prédio, que fique bem claro isso! É um exemplo para vocês poderem refletir sobre os atos que os nossos governantes da Prefeitura estão fazendo. Quer dizer que eles podem construir num terreno em que seriam facilmente erguidas casas populares. “Eu entrego para a iniciativa popular três torres com sete andares, 72 apartamentos, cada um R\$ 350 mil, mas tu tens que sair daí, tchê! Tu não podes ficar aí”. Quer dizer, eu não tenho o direito de ficar! Aí o terreno que era bom para fazer a edificação entrega para o privado, e o resto vai embora. “Mas nós vamos te indenizar!” Quanto? Um valor desse tamanho! Não chega nem à metade do que o terreno vale no comércio, no valor de mercado. São essas coisas! Estão passando para as comunidades pobres, para as comunidades carentes as informações, e está aqui, tenho registrado aqui, que o próprio contrato do BID, firmado com a Prefeitura, veda esse tipo de atitude. Atitude de eu dizer para a senhora: “A casa da Dona Maria já está disponível, viu? A senhora não se preocupe que dali eles vão embora”. Mentira! Eu estou morando ali. Ninguém me consultou para saber se eu quero sair ou não, simplesmente baixaram um Decreto.

Olha, eu trabalho, faz anos, na área de consultoria. Isso não pode acontecer, isso não acontece lá. O cara que dá uma informação falsa é responsabilizado. O cara que quer fazer bonito com as coisas dos outros não acontece. Então, nós estamos vivendo o quê? Eu vou tirar a roupa de um santo para vestir o outro. E o que vai ficar pelado? Bom, esse “vai para a ponte de Paris”, para não dizer para outro lugar. Nós trouxemos esta Audiência para fazer alguns questionamentos. Qual é o problema do nosso Bairro? A habitação. O Bairro está crescendo, o Bairro está-se desenvolvendo... (Ininteligível)... Um *shopping*. E eu vou contar uma coisa a vocês, que me foi perguntado há pouco: qual é a contrapartida em deixar essas comunidades aqui reassentadas? Primeiro lugar, no meu ponto de vista, a contrapartida é humana, é respeitar o direito do outro. Eu não posso te cobrar educação se eu não mostrar a minha. Segundo, no momento em que nós temos empresas, indústrias, comércio aflorando, por que eu vou mandar embora esse recurso humano que está disponível e, dentro do contrato, existe verba destinada à capacitação desses reassentados em núcleos, por que eu não ocupo isso? Então, respondendo à

pergunta da menina. Qual é a contrapartida? Muito bem, a contrapartida é o seguinte: eu faço um núcleo habitacional de ponta, com uma política de primeiro mundo, harmonizo as diferenças de classe e, de lambuja, eu oferto essa mão de obra, esse recurso humano já capacitado por conta dessas verbas e desses programas de capacitação a esses empresários que estão precisando empregar gente qualificada. Pessoal, isso é simples! “Não, vamos pegar esse pessoal e mandar lá para qualquer lugar.” E, quando chegar o momento do *boom*, que nós já estamos passando, que é a necessidade de mão de obra qualificada, nós não teremos no Bairro, aí nós teremos que importar de outros bairros ou até de outras cidades, a exemplo de algumas obras que já estão acontecendo com gente de São Paulo, gente de Minas, gente da Bahia, enquanto nós temos o recurso aqui! Essa é a política do Seu José Fortunati: sete anos de Governo na mão de um só. Vai terminar o Governo deles, e eles não vão terminar o Programa Integrado Socioambiental, porque o Programa Socioambiental deveria ter 18 meses no seu cronograma. Já estourou, e não tem uma habitação!

Então, hoje nós queremos fazer um *mea culpa*, ou uma tomada de consciência, e buscar com vocês a parceria. Eu peço a todos vocês que fiquem, participem e que reflitam bastante sobre os futuros governantes que nós queremos para Porto Alegre, se nós queremos este mesmo modelo ou se nós queremos outro melhor, porque a comunidade está sofrendo e, quando o povo sofre, alguma coisa tem que ser feita. Muito obrigado a todos, e uma boa-noite. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, além do Ver. Professor Garcia, da Ver.^a Fernanda Melchionna, que já estavam conosco, chegaram os Vereadores Sebastião Melo e Mauro Pinheiro. Já estamos em cinco Vereadores presentes, além dos representantes do Governo.

O Mauro ainda não fez questionamentos, ele levantou o problema, não sei se o Governo já quer se manifestar ou se, antes, escutamos a comunidade. (Pausa.) Então, escutaremos a comunidade. É importante, porque as falas da comunidade vão abrindo ponto a ponto os questionamentos. O Mauro Pereira já levantou o problema da desapropriação da Tamandaré, das áreas públicas, das moradias, do Pisa, etc.

Eu já tenho aqui sete inscrições. A dinâmica é a seguinte: quando os Vereadores quiserem intervir, a gente vai combinando com as falas da comunidade.

A Juliana Souza, da Icarai I, está com a palavra.

A SRA. JULIANA SOUZA: Eu quero saber do pessoal do DEMHAB o que vai ser feito de nós? Onde vamos morar e como vão ser nossas casas? Porque até agora não aconteceu nada conosco. Só ficam falando, falando, e não fazem nada! O Prefeito esteve aí e não respondeu às nossas propostas. Só veio aí, olhou e mandou o Fulano, o Sicrano para cá, e não respondeu nada! Quer dizer que nós vamos ter casinhas de cachorro? Qualquer um chega, faz e acontece e não acontece nada? Vamos lá dar um jeitinho nisso aí! Tem muita coisa errada! “Vamos fazer, vamos fazer” – e até agora não fizeram nada! Se começar assim, quando o Fortunati chegar na Vila e pedir voto, eu serei a primeira a juntar o pessoal e correr com ele, porque ele não é digno de estar junto com a gente! É isso que eu tenho que dizer, porque está demais isso aí! A gente não ganha a casa da gente, a gente não pode fazer nada na casa da gente! Vai arrumar a casa, como? Para depois vocês chegarem e desmancharem? A gente não tem nem condições de arrumar a casa! Vamos lá, pessoal! Vamos ver! Assim não dá, não dá! Vai lá no escritório e eles nem sabem dizer o que vai ou não acontecer! Eu quero uma proposta hoje, pelo amor de Deus! Senão nós vamos fechar a avenida, vamos fechar o escritório e deu para vocês, está? Deu! (Palmas.)

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, a gente sabe que vocês estão bem emocionados, mas, Juliana, procura, nas próximas falas, explicar melhor quais os problemas da Icarai, porque a gente sabe que há uma série de problemas com a intervenção do Pisa. Vocês sabem, mas talvez...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos, então, às falas. Vocês podem falar devagar e explicar no detalhe. Inclusive para gravar e para os Vereadores todos entenderem o problema.

A Sra. Elenara Romeiro, da Icaraí II, está com a palavra.

A SRA. ELENARA ROMEIRO: Boa-noite. Eu quero agradecer à Presidente da Câmara por ter conseguido esta Audiência, e olhado para nós como comunidade. Pessoal, vou me tornar repetitiva, é tudo aquilo que a gente está pedindo. Gostaríamos de saber até quando vão fazer estudos para saberem onde a gente vai morar?

Segundo, os governantes tinham que ter resolvido em 2009; já estamos em 2011, quando será? Quando todas as obras estiverem naquele caminho, aí eles vão avisar para gente: “Vocês vão ter que ir para qualquer lugar, porque as obras da Copa são as mais importantes”. A nossa preocupação também é onde as máquinas já estão trabalhando, eles ficam estragando as casas, que racham; estragam carros que estão na volta, e as pessoas não estão querendo se responsabilizar! Como é que fica o cidadão quanto a isso? Por exemplo, a SMOV e o DMLU, nas perfurações, têm que se preocupar com o cidadão, têm que se preocupar! Por que vão deixar danos nas propriedades? Por que querem fazer as obras?

Outra coisa é o nosso aluguel social. É uma ironia – não é, gente? Duzentos e cinquenta reais! Vamos morar onde? E como vai ser? Pessoas da Mesa, eu conheço até por projetos bons; o Ver. Sebastião Melo, sei que ele tem bons projetos que foram votados. Então, eu conheço muita gente boa aqui, e eu gostaria de dizer, daqui um ano ou dois, que todas as Secretarias colaboraram com a gente. Isso é o que eu gostaria de dizer! Será que eu vou conseguir? Porque tudo para nós é uma dificuldade! Aí a gente pensa em trancar uma rua, trancar uma avenida, prejudicar outras pessoas. Mas eu acho que os governantes só conhecem essa fala! Só desse jeito!

Nós pedimos reajuste do bônus, ninguém nos diz nada. O Pisa parou. Aí eu vejo: botam um pouco de piche na Icaraí. Eu fui num simpósio de governança em que trouxeram o Prefeito de Bogotá; o cara nem é Prefeito, o cara não terminou o mandato dele. Aí a Prefeitura gastou dinheiro para trazer o Prefeito de Bogotá! Para quê, gente? Para nos ensinar a juntar o coco dos cachorrinhos? Aqui a gente sabe que não juntar é falta de educação. A gente quer que as pessoas empreguem melhor o nosso dinheiro; o dinheiro da Prefeitura é nosso. A gente compra feijão, arroz, pão e paga impostos, e nós todos somos o Cristal, todos. Aquele pessoal que acha que a gente vai pegar os terrenos deles, a gente não quer o terreno deles, a gente só quer o nosso direito de moradia na área,

porque, antes de muita gente chegar aqui para bons apartamentos, já havia muita gente morando no Cristal. O Cristal foi feito pela periferia, não foi feito pelo pessoal que chegou aqui ontem, ou anteontem, nada contra. Ninguém quer o terreno de vocês, a gente só quer o nosso direito de moradia que está na Constituição, a gente tem que ficar na área. E eu pergunto? Até quando vai ser isso? Não precisa desapropriar, gente! Há tanta terra aqui na volta, eu gostaria que todos vocês olhassem um pouco mais, *feeling*. Eu continuo perguntando o que fazem as Secretarias que não estão informatizadas?

Nós começamos a nossa Associação do nosso Bairro, eu sou Vice-Presidente da Icarai II, no dia 23 de abril, e nós pedimos uma limpeza no valão que fica em frente de onde a gente mora. Vieram Secretarias, fizeram a gente perder tempo. Eu pergunto: as Secretarias são informatizadas? Porque ninguém se entende, o cara diz que o outro cara disse, que o outro cara não falou, porque o outro não avisou, e é assim, tem rato, tem barata. Eu estou colhendo um material e vou mandar para ti e, se for preciso, vou mandar até para a TV Record. Porque é assim, daqui a pouco vem o verão, e a dengue, e as pessoas que estão lá? Só porque é uma comunidade que tem que sair tem que ficar entregue às baratas, aos ratos e tudo? Isso é subumano, gente! Isso é subumano! A creche Nossa Senhora de Nazaré, eles querem desmanchar a frente. Para que desmanchar a frente, se a creche está bem? Vamos pensar em fazer outras coisas. Não é desmanchando o que está feito que vão fazer o nome, é fazendo outras coisas. Eu agradeço a toda comunidade que veio, que está conosco reivindicando, muito obrigado à comunidade. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Jorge Fontoura, da Vila Hípica, está com a palavra.

O SR. JORGE FONTOURA: Boa-noite, pessoal; boa-noite à Mesa; eu sou morador da Vila Hípica, nós temos um projeto pronto, aprovado pelo Plano Diretor da Cidade há dois anos, e temos a área já, e casualmente, agora, virou depósito de terra, virou um lixão, exatamente. Eu não vou me estender muito, a minha pergunta é ao representante do DEMHAB: por que a licitação da Vila Hípica ainda não saiu? Qual é o entrave que há para ainda não ter saído essa licitação? São apenas trinta e cinco moradias que deverão ser construídas na área. Por que tanto tempo esse Projeto está parado na mesa do Prefeito,

tanto na do Fogaça como agora na do Fortunati? Esta é a pergunta que a minha comunidade quer saber, e hoje nós queremos uma resposta definitiva. Nós não queremos o primeiro semestre de 2010, segundo semestre, primeiro semestre de 2011 – até agora nada, só enrolam. Então, a gente quer, hoje, saber exatamente quando vão começar as obras da Vila Hípica?! Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): É verdade, a Câmara na Comunidade esteve na Vila Hípica, e a área por que tanto a Vila Hípica lutou está coberta de resíduos da construção civil e de obras do Governo, e nós encaminhamos toda essa denúncia.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Companheira, tu estás coberta de razão, quero que tu te inscrevas para vir falar aqui para todos nós.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Porque senão nós não vamos nos entender. Se precisar, nós ficamos aqui até a meia-noite. Inscreva-te! Obrigada. Pessoal, é que regra não é para ser autoritária, é para a gente poder se ouvir e depois ter resposta. Inclusive, a fala dela não será anotada se ela não falar no microfone.

O Sr. José Araújo, do Comitê Popular da Copa no Bairro Cristal, está com a palavra.

O SR. JOSÉ ARAÚJO: Boa-noite à Mesa; boa-noite aos companheiros, companheiras do Bairro Cristal e da Grande Cruzeiro também, inclusive eu. Há 71 anos moro na Grande Cruzeiro, nasci e me criei, conheço todo este Bairro desde o início da sua implantação, desde o tempo que era das Sesmarias, e a gente sabe que esse Bairro foi ocupado por pessoas oriundas do Interior e daquelas Vilas que estavam mais centralizadas dentro de Porto Alegre, para especulação imobiliária, foram levando as pessoas para o seu entorno. A minha preocupação aqui com o Pisa é muito importante, porque eu sei e conheço essas pessoas que moram ali, eu sei das necessidades, eu sei das dificuldades que estão passando desde o início desse Projeto. Estivemos numa audiência pública, na Igreja

Santa Tereza, em maio, com a Ver.^a Sofia. Fizemos alguns encaminhamentos e pedimos que ela encaminhasse ao Poder Público. Ela ficou de nos dar um retorno, e gostaria de saber se, de fato, ela entrou em contato e se tem algum retorno do Poder Público para as nossas reivindicações. Além disso, falamos em Raquel Rolnik, ela esteve em Porto Alegre, eu estive dois dias com ela, percorrendo todas as Vilas, inclusive o Pisa, Nazaré, Ecológica, Quilombo dos Silvas, onde estão tentando tirar aquelas pessoas que têm o direito de morar, só porque é uma área nobre. Estivemos na Chocolatão, na Dique e mostramos a ela as rachaduras das casas, que foram entregues a menos de dois anos. Ela vai fazer essa relatoria para a ONU e tenho certeza que nós teremos alguma resposta.

No mês passado, eu estive em um seminário, em Brasília, com o Comitê da Copa das 12 cidades que estão envolvidas nesse programa da Copa. Para mim, a pior coisa que pode existir é quererem nos mandar para longe das nossas residências, nos tirar do espaço que há 50, 60, 70 anos a gente criou, e agora, por causa da Copa, querem tirar o nosso direito. Algumas das pessoas que têm terrenos na volta poderão até ser desapropriadas, mas a Prefeitura tem que olhar com carinho e ver as necessidades que essas pessoas têm. Elas conquistaram o seu direito, comprando. Só que nós precisamos ser reassentados nesta Região, porque está na Constituição que a moradia é o primordial para as pessoas viverem.

Existia a Lei nº 383, no Estatuto da Cidade, que dizia que as pessoas que fossem removidas das áreas onde moravam, no mínimo 80% tinham que permanecer no entorno dessa área. No entanto, foi para a Câmara de Vereadores e passou correndo, sem uma voz que dissesse: “Não! Vamos ver”. E foram criadas as AEIS, que tiraram esse direito dos 80%. Área Especial de Interesse Social é bom, mas tinham que garantir que essas áreas fossem dentro da nossa Região.

Eu gostaria, depois, que a Sofia dissesse se ela tem algum retorno daquela Audiência que nós tivemos na Igreja Santa Tereza. O Prefeito só veio aqui nos dar satisfação depois que a gente fez passeata e trancou ruas. Depois que a gente esgotou todos os prazos, com Audiência Pública, com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com os Vereadores e algumas Secretarias garantiram que nós íamos receber todo o projeto da avenida, e trazer para nós aquilo que a gente quer saber: para onde nós vamos? Estão falando em bônus. O bônus que eles deram para o Pisa é uma vergonha!

Quarenta mil para comprar o quê? Duzentos e cinquenta reais; tu não alugas uma cocheira para um cavalo! (Palmas.)

Eu acho que está na hora de a gente começar a pressionar, porque com diálogo não deu, a Audiência Pública não resolveu, a audiência com o Ministério Público não resolveu, a audiência com o Prefeito não resolveu. Eu acho que nós vamos ter que tomar uma medida drástica, nós vamos ter que botar bastante gente na rua e fazer uma coisa que o Prefeito disse quando nós fechamos, em fevereiro, uma parte da rua para reivindicar os nossos direitos. Ele foi à Rádio Gaúcha dizer que nós éramos baderneiros, que nós não queríamos o progresso da Cidade. É mentira! Nós queremos o progresso da Cidade. Se essa Avenida é necessária, que eles respeitem os nossos direitos como cidadãos! Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Lenemar Bastos, conselheiro do OP, está com a palavra.

O SR. LENEMAR BASTOS: Boa-noite a todos e a todas. Obrigado pela presença. A gente já está aqui há cinco anos, então vocês são incansáveis, porque tem bastante gente aqui hoje. Porque a gente já está cansado de chamar reunião, reunião, reunião. Agradecemos à Mesa, agradecemos a sensibilidade da Sofia por ter pedido esta Audiência Pública, ao pessoal do Pisa, ao Sebastião – a gente teve uma reunião aqui, em 2009, e o senhor era Presidente. Nos surpreende, porque, aquela época, vieram Secretarias – veio o Presser, o DEMHAB, apesar de o Goulart ter dormido a reunião toda, tinha passado a noite fazendo parto; em 2010 a gente deu uma trégua. Por quê? Porque 2009 foi aquela época de audiências públicas, foi essa que a gente pediu – 20 de maio de 2009, no Jockey –, muitas pessoas que eu identifiquei aqui estavam lá na assinatura do Projeto Socioambiental com o banco, liberação, aquela coisa toda. O Clóvis Magalhães disse o seguinte: em 60 dias sai a licitação de construção das casas e em 18 meses seria a conclusão do projeto; 20 de maio de 2009. Em 2010, a gente deu uma trégua, deixou o pessoal trabalhar, o pessoal trabalhou, trocou o Governo, e nada aconteceu!! Eu sou morador do Cristal, da Icaraí, acompanho desde o começo todo esse processo, desde quando foi feito um projeto para ir para a Restinga. A gente fez uma mobilização, colocou 1.400 pessoas, em 2007, aqui no Colégio, e o Prefeito Fogaça disse que quem quisesse

ficar no Cristal ia ficar, e a gente reformulou todo o Projeto. Porque a gente foi atrás de leis, e muitas pessoas que contribuíram com esse protesto já passaram, outros pegaram bônus, mas muitas lideranças estão aqui – Jurema, Rosaura, esse pessoal –, a gente está incansável nesse processo de acreditar num projeto. O bônus está saindo, mas a gente não quer só bônus, a gente quer moradia no Cristal. Tem área. A gente identificou, onde está o Leandro, a gente fez um trabalho de identificar área do muro do Jockey, junto com a raia; é uma área enorme, que pega aquela parte das taquaireiras, que é a área que passou para o Governo do Estado. Então, a gente quer encampar aquela área também como reassentamento, fora os outros reassentamentos que estão acontecendo em toda a Região.

Há projetos, para mim, mirabolantes, como fazer um corredor de ônibus na Cruzeiro para três linhas de ônibus, T3, Cruzeiro e Pereira Passos. Para mim, esse é um projeto doido; gastar R\$ 85 milhões nisso! Mas é projeto que está andando. O Mauro foi muito feliz quando disse “parar de gastar o dinheiro público”, porque o nosso projeto ali é de R\$ 65 milhões e não sai. Está o banco liberando. Então, um dos pedidos para a Mesa, para quem está aqui, para as pessoas interessadas, para os Vereadores, seja lá para quem for que estiver interessado, pelo amor de Deus, é: onde está o dinheiro? Veio o dinheiro, em 2009 foi assinado isso. Não veio? Por que é que não veio se tinha três meses? A gente faz a mesma pergunta que foi colocada aqui, o cavalete, aquele do ponto de cultura... Pelo amor de Deus, que tamanho vão ser essas casas? Vão ser do tamanho de uma caixa de fósforo, com 50 metros quadrados, vai ser um sobrado? O pessoal que é cadeirante, que casa vai ter? Qual vai ser o local dessas casas? Vai ser casa, apartamento? Ninguém sabe nada, e, no desespero, a pessoa pega um bônus e vai embora. No desespero, quando a sua casa enche de água, ela vai correr até o escritório, pega um bônus e vai embora. Gostaria de agradecer o pessoal do escritório porque às vezes a gente briga com eles, mas eles são a ponta do *iceberg*; às vezes, a gente discute, meio que discute com eles, mas são eles os para-raios, porque o Secretário mesmo não aparece nem aqui! A cadeira está aqui, vazia! A cadeira está vazia! Cadê o cara que tinha que estar aqui? Quanto ganha essa cara que tinha que estar aqui sentado? Quanto é que ele ganha para estar aqui? A cadeira está aqui, e ele deveria estar sentado aqui nesta cadeira. Vamos ter que tirar uma foto disso. Cadê o cara? Ele não ganha nada? Ali tem outra cadeira vazia. Cadê o outro Secretário que deveria estar ali? O DEMHAB tinha que

estar aqui, o DMAE tinha que estar aqui, os Secretários tinham que estar aqui! O Busatto deveria estar aqui. Sem fazer críticas, mas eu acho que o Busatto tinha que estar longe da Prefeitura porque ele é aquele cara (Palmas.) que, no Governo Yeda, era o Chefe da Casa Civil e foi oferecer sei lá o que para o Feijó, que era vice, para ele parar de denunciar a casa que a Yeda comprou, as falcatruas, o caixa dois, e agora esse cara aparece na Prefeitura de Porto Alegre como gestor do Socioambiental; sei lá o que ele é, o Deus da Prefeitura, e é ele quem manda. O Prefeito não aparece, quem aparece é ele. Então, este Busatto tem que ser banido e é pago com o nosso dinheiro (Palmas.). É pago com o nosso dinheiro! Nós pagamos impostos, nós pagamos esse pessoal todo e, quando são chamados, eles nem vêm aqui. Agradecemos o pessoal que está aqui porque vocês estão aqui, dão a cara à tapa, e, se for para ouvirem críticas estão aqui, se for para serem aplaudidos estão aqui. Agradeço o pessoal do Socioambiental por estarem aqui, principalmente vocês. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Bastos. A Georgina se encontra? Então, a Jurema Barbosa Silveira, Conselheira do OP, está com a palavra.

A SRA. JUREMA BARBOSA SILVEIRA: Temos que respirar porque depois de tantas falas que ouvimos aqui eu fico, como digo, muito preocupada com essa novela. Não sei quem escreveu essa novela socioambiental, se foi o Rui Barbosa ou se foi a Janete Clair, porque esta novela rola há 20 anos. No princípio, não atingia as moradias, só atingia o arroio, e foi uma luta das comunidades, das lideranças para conseguir inverter o programa e dizer que, se o programa era socioambiental mesmo, ele teria que tratar do material humano que tinha em cima. Isso já passou, e é daqui para frente que temos que discutir isso. E, daqui para frente, o que temos que discutir nesta região é exatamente tudo o que foi falado, como as grandes empresas que se instalam aqui, e isso vem acontecendo há anos, aconteceu com o pessoal do Estaleiro, aconteceu com as comunidades da Campos do Cristal, que saíram para dar o seu espaço para o Barra Shopping. Foi me dito, em uma reunião, que ali não dava para se construir porque era área alagadiça e que, se construíssem ali casas de dois andares, as casas desabariam. Então, eu acredito que, daqui a dois anos, nós não vamos poder mais comprar no BarraShopping porque ele deve afundar, não é? (Palmas.) O que me preocupa é que o Cristal hoje está transformado em

avenidas, parques, e que me perdoe o Professor Garcia, que sempre defende muito as praças, ele já foi Secretário da SMAM: não queremos praças, a gente não quer tantos parques! Nós queremos que limitem esses parques e que deixem as pessoas, como foi dito aqui, que construíram esse Bairro. Toda a segunda-feira estamos aqui, e torno a dizer: nenhum governante teria pernas para governar esta Cidade, se não fossem as lideranças comunitárias que dizem onde tem uma tampa do DEP faltando, onde tem uma iluminação faltando. Tem um sentimento, hoje, e já disse isto inclusive para a Betina, para os guris do Socioambiental, para a Marcia: eu não sou hipócrita, eu me sentei para ajudar a construir este Programa e não tiro a minha culpa. Quando nos apresentaram este Programa, ele era socioambiental! Naquela época, a gente tinha a certeza de que o bônus-moradia ia ser bom para as comunidades porque as pessoas iam deixar de morar na vila e iam comprar as suas casas, seriam proprietários, e hoje eu já disse isso, inclusive para o Sr. Prefeito, que eu considero esse Programa, hoje, uma vergonha ambiental. Esse Programa foi criado para ser um modelo não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil, porque a nossa Cidade é a primeira a ter implantado o bônus-moradia, que hoje se pode chamar “esmola-moradia”. Desculpem a minha palavra, mas é assim que eu vejo, porque em Porto Alegre não existe nem no Lami casa por 40 mil, não tem. Quem tiver, me dê o endereço para eu comprar. As pessoas estão indo embora de Porto Alegre, estão indo para Viamão, para Alvorada, e retornando para as nossas comunidades de novo, porque este Programa, quando o tratamos como lideranças... Ele tem uma cláusula que diz que as pessoas não podem perder a sua renda, o Programa tinha uma assistente social para acompanhar durante cinco anos cada morador, para saber como eles estavam vivendo. Hoje, nós temos uma assistente social que é psicóloga, enfermeira, é tudo, que é a Betina, e todo mundo larga os seus desesperos em cima dela. Então, hoje o Programa está quebrado, e eu já disse que o Governo tem que repensar o Programa: o bônus, eu já te disse isso várias vezes, não é mais viável hoje, com o preço que ele está, e isso não significa que queremos que retirem o bônus, porque ele tem que permanecer para que as pessoas tenham o direito de ir e vir – isso está escrito na Constituição –, devem escolher, desde o começo a gente teve bem essa consciência. Mas temos também a garantia do Prefeito de que, quem quisesse permanecer no Cristal, era para construir.

Outro detalhe: se a minha casa não estivesse caindo aos pedaços e eu quisesse permanecer dentro da minha casa até que construísse, eu poderia, não seria obrigada a sair porque o DEP tem as suas obras ou porque o DMAE tem suas obras. As máquinas, na intervenção das obras do DMAE, racharam casas, racharam creche, esburacaram ruas, e não fizeram nada de volta, Marcia. Eu não estou aqui porque eu quero mídia com a comunidade, nem com vocês – eu não preciso disso, graças a Deus! Mas estou aqui por uma grande razão, pela qual eu sempre defendi essas comunidades: o direito de elas permanecerem aqui no Cristal. Elas, junto comigo, aqui, todas as segundas-feiras, e com as outras lideranças, ajudamos a construir esse bairro.

O que muito me entristece também, Presidente, é que a gente ajuda a construir o bairro, e muita gente, infelizmente, não quer a gente no bairro. Então, vamos tomar cuidado com o que falamos. Essas pessoas têm que permanecer no bairro, sim. Esse bairro, de direito, é nosso. Perdi 20 anos da minha vida aqui discutindo esse programa, para manter essas comunidades. Então, é isso, gente!

Eu acho assim: as pessoas daqui para frente, têm que ter a consciência bem tranquila de dizer: “Tem uma obra para acontecer, mas a minha casa não está caindo, eu vou ficar nela até que construam para nós aqui.” Hoje, eu só vejo um caminho para o Programa Integrado Socioambiental, das três opções que havia, hoje tem uma: é o bônus. E eu acho que nós temos que reverter essa situação. Marcia, eu lamento que o Diretor do DEHMAB, que tinha que estar aqui, ou o Prefeito, que é o que tem a caneta de ouro, não esteja aqui. Ao mesmo tempo, eu quero agradecer aos Vereadores, agradecer ao Ver. Sebastião Melo, que sabe que há anos vivo nessa luta, e tu também, Sofia. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ju.

A Sra. Dulce Helena Bruno Michael, da Vila Icaraí, está com a palavra.

A SRA. DULCE HELENA BRUNO MICHAEL: Boa noite. Primeiro, eu quero agradecer à Sofia, porque ela está conosco desde o começo da caminhada; às vezes, eu me revolto com ela, até xingo e digo barbaridades, mas ela está junto com a gente. Depois, eu quero pedir que as vilas se unam e que a gente não vá para as urnas tão facilmente votar nesses “caras de pau”, entendeu?! Que ninguém saia de suas casas e entregue tudo de

bandeja para eles! Porque nós temos uma vila ali dentro. Eu tenho 38 anos dentro daquela casa, e hoje só me resta caco, lixo dentro de casa; depois de duas enchentes, não me sobrou nada, assim como não sobrou nada para muita gente aqui dentro. Esses caras só querem tomar da gente aquilo que a gente tem mais de valioso, que é a nossa palavra e o nosso voto. Nós pagamos para eles estarem lá em cima. Isso não está certo! A vontade que eu tenho é de queimar o meu Título em praça pública, porque o nosso País é vergonha, a nossa Vila está transformada num lixão: é água parada, é mosquito, é rato, é tudo! E não tem ninguém que diga nada para nós, que nos dê uma certeza. Eu não posso botar uma tábua a mais na minha casa porque eu não sei se eu vou sair ou vou ficar. E assim como eu, muita gente aqui dentro. Eu acho que está na hora de a gente rever os nossos conceitos, porque, sem nós, não tem Vereador, não tem Prefeito, não tem Deputado, não tem porcaria nenhuma! Não tem nada sem nós! Nada! (Palmas.) Vamos nos unir, todas as comunidades. Nós temos que unir!

Outra coisa: quando a gente sai em passeada, a Brigada sai a dar bofetadas nas mulheres e dar tiros nos nossos filhos! Isso tem que terminar! Porque hoje a vergonha está na televisão: a Brigada queimando pneu, dando tiro para cima, invadido a Prefeitura e tudo o mais, e o povo pobre não pode fazer nada, não tem direito a nada! É uma ditadura na qual o povo pobre não tem direito a nada! Nós temos que nos unir; as vilas, as comunidades têm que se unir! Nós temos que caminhar junto, gente, para mostrar para eles que não é bem assim. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, Dulce. Está registrada a sua fala, está gravada.

O Sr. Leandro Anton, do Quilombo do Sopapo, está com a palavra.

O SR. LEANDRO ANTON: Boa noite, Sofia e todos da Mesa! Boa-noite, todos os moradores, principalmente do Arroio Cavalhada! Meu nome é Leandro, sou do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo aqui do bairro Cristal. Eu queria aproveitar e usar uma frase final da Dulce que é sobre a unidade das comunidades das vilas em áreas irregulares aqui do Cristal. Quero chamar isso, porque essa é uma diferença que vai fazer, se acontecer, e não só com o Cavalhada: é se somar à luta também dos moradores da Vila Cristal, que tem a obra da Av. Tronco; é se somar à luta, que foi vitoriosa, do pessoal que

vive no Morro Santa Teresa, no que é chamada área da FASE, que, no ano passado, esteve prestes a ser vendida. Algo que só se reverteu por causa de quase quatro mil famílias que moravam sobre aquela área, que foram ignoradas, que viviam há 40, 50, 60 anos ali – elas foram às ruas e reverteram a situação de venda. Chamar de invasora uma comunidade que tem 40 anos é brincadeira, porque ela está há 40 anos construindo essa região; isso não é uma invasão, isso é algo consolidado, porque fez parte, como muitos falaram aqui, de várias conquistas dessa região na Saúde, na Educação, na creche comunitária. Se há uma irregularidade nessas situações, ela é do Estado, que não fez a urbanização, que não regularizou essas terras, porque elas foram demandadas neste espaço, inclusive. Pego vários exemplos: na Vila Cristal, desde 1993 tem demanda de regularização fundiária, e até hoje não aconteceu.

Chamo também para uma segunda questão. Todos vocês acompanham essa luta do pessoal do Pisa, que há 20, 15 anos indicaram e construíram esse projeto, para ter moradia aqui na região aqueles que optassem. Eles tinham áreas, a área da Rua Coronel Claudino está vazia desde sempre. Não é? Coronel Galdino com a Massot. Mas eu vou lembrar umas coisas mais. Sempre disseram que faltam áreas aqui nessa região para reassentar as famílias. Dizem que é muito caro, que o Estado ou o Município não tem dinheiro ou não tem áreas. Não é verdade, porque, no final do ano passado, essa área foi entregue ao Jockey Club; se era destinada só para jóquei, agora pode se construir residências. Por que parte dessa área não pode ser destinada exatamente ao reassentamento das famílias que moram exatamente no entorno?

Segunda coisa: dia 23, Sofia, foi publicado no Jornal do Comércio e no Correio do Povo... Vocês sabem aquela área do DMLU, na Av. Diário de Notícias, toda aquela faixa, a testada da Diário de Notícias? Pois bem, foi encaminhado à Câmara de Vereadores – está noticiado, é só verificar: o Prefeito está solicitando uma permuta com o Jockey Club para fazer um terminal de ônibus na esquina da Av. Chuí com a Av. Icaraí. Aquela área tem 12 mil metros quadrados e é do Município – é isso que está escrito! Se é verdade ou não, é o que está escrito no jornal... Está dito que foi encaminhada para a Câmara de Vereadores para a aprovação disso. Ora! Doze mil metros quadrados, sabem o que é isso? Façam uma medida: um bom terreno tem 10 por 30 metros, que são 300 metros quadrados; aquela faixa tem 30 de profundidade, da Av. Diário de Notícias até a área do Jockey, e 350 metros de comprimento. Quantos terrenos dá para lotear ali? Muitos! E o

Município diz que não tem área, mas está querendo agora trocar? Por que não desapropria outra área para o terminal de ônibus? Por que tem que ser prioridade, numa cidade, o terminal de ônibus? Nós queremos melhores transportes, mas nessa situação em que todos vocês estão, há anos, é omissão da parte do Município, tendo uma área de 12 mil metros quadrados aqui na região, não destiná-la à habitação. Por que estão brigando com a gente? E todo mundo vem discutir... Desculpem a emoção, é porque eu acompanho a luta de vocês, trabalho aqui, e é uma brincadeira o que está sendo feito: sempre há uma dificuldade para destinar área para quem mora há tanto tempo aqui nesta região, sempre é.

Eu vou lembrar uma coisa que já foi citada que deveria ser crime; alguém deveria ser preso, alguém deveria cumprir pena: quando a gente fala em criança e adolescente... Quem é da Hípica aqui, só para eu me situar? Gente, o que era aquele campinho ali? A gurizada tinha um espaço para recreação, mas há dois anos foi criminalmente soterrado, foi destruída qualquer área de lazer! Era uma área precária? Até poderia ser, mas era um campo, e a gurizada podia ir ali, a comunidade podia fazer outras atividades, e ninguém assume a responsabilidade. Depois vão cobrar o quê? Sobre prevenção, sobre redução da violência, atividades para crianças e adolescentes, quando o próprio Governo vai lá e elimina uma área de lazer na frente da própria comunidade e não dá a menor satisfação?! Já são dois anos e não é revertido aquilo! Ora, gente, tem muito mais coisas do que a moradia, aqui nesta região, que foram feitas criminalmente. Isto é crime: quando se tira uma área de lazer, não se devolve e se faz pouco caso, não se dá satisfação – é crime. Agradeço, desculpem a emoção. E, na saída: sábado, às duas horas da tarde, na frente do posto Falcão, sairá a marcha em defesa da moradia no Cristal. As três comunidades convidam, já estão aqui as lideranças convidadas também para o Pisa. Vamos nos somar, às duas horas da tarde, e mostrar que parte dessa área que está aqui deve ser destinada para moradia popular nesta região. Duas horas da tarde, sábado, no posto Falcão!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Com a palavra o Sr. Gustavo Sereno, Presidente da Associação Comunitária da Rua Santa Cruz.

O SR. GUSTAVO SERENO: Boa-noite a todos. Há pouco tempo, a nossa Rua Santa Cruz foi envolvida no processo de reacomodação do pessoal da Vila Tronco e Cruzeiro. A

nossa comunidade não foi envolvida nesse processo, ficamos à margem, e ficamos sabendo disso no dia 7 de setembro. A questão de a Prefeitura não abrir diálogo com todos para construirmos um projeto decente é passar de rolo compressor por cima de todo mundo.

Eu acho que ficou bem claro para todos quem são os responsáveis por todos esses problemas: os políticos e os interesses por trás disso, de obras, empreiteiros e empresários. Sempre foi assim: dinheiro e poder político. Alguém aqui acredita na palavra de um político?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. GUSTAVO SERENO: Tem algum valor palavra de político?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. GUSTAVO SERENO: Então, eu só vou dizer uma coisa: não saiam da casa de vocês que vocês não vão receber nada; recebam antes, senão, vocês vão ficar chorando e esperando promessa de político! Não saiam das suas casas! O pessoal da Tronco e da Cruzeiro têm uma moeda de barganha agora: façam com que eles construam todas as obras que puderem, a hora é agora, depois vocês não vão receber nada! Quando vocês saírem, acabou! Então, façam com que reformem todo o Postão, façam daquilo um exemplo de Saúde pública para este País, façam isso antes de vocês saírem. Não adianta ficarmos aqui conversando, nós não vamos receber nada deles, gente! Não vamos receber nada! Coitados dos meus amigos que falaram aqui antes: é tudo uma perda de tempo. A única coisa que vai fazer alguma diferença é a união e a briga, porque eles não vão fazer nada se ninguém se mexer, se não brigarem. Se ninguém lutar, podem contar que será esse “nheco-nheco” aqui, e o pessoal vai fazer as obras, vão ganhar suas licitações bem gordas, todo mundo feliz, e os outros saindo de suas moradias, impactando em outros locais e tudo mais.

Então, eu peço que as pessoas se conscientizem que agora é hora de pegar, de ir para a rua, de fazer movimento, porque eles têm eleição aqui na frente – o problema deles é a eleição, sempre foi esse. Então, se a coisa ficar feia, eles vão dar um jeito. Obras da

Copa, tudo isso, é o cheque presente que vem de Brasília; não sei quanto bilhões, eles estão todos doidos, doidos por causa do cheque presente! Eles enlouqueceram, estão fazendo qualquer negócio para passar a mão nesse dinheiro, e a comunidade está sendo manipulada nessa história. Vai e vem o Prefeito, é só conversa; política é só conversa, gente! Recebam antes, recebam antes de saírem! É a única forma de vocês receberem alguma coisa; senão, vai ficar do jeito que está lá. Obrigado pela atenção. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nossa última inscrita é a Noeli Almeida.

A SRA. NOELI ALMEIDA: Sou moradora do Cristal há 48 anos. Faço parte da Comissão dos Moradores. Eu gostaria de saber quantas assembleias teremos que ter para dar o valor real do bônus para as pessoas. Também gostaria de saber se, neste Governo, neste País, tem um macho, de saco roxo, para tirar o tal de Teixeira de lá, porque uma mansão do Teixeira dá para fazer 600 casas populares; e também esse roubo, essa corrupção. Está vergonhoso! O povo está revoltado, de saco cheio. Então, eu vou pedir de novo: vão tirar. Quando um funcionário não rende para a empresa, o patrão manda vazar. E nós somos os patrões. Temos que mandar essa corja toda cair fora, porque pior do que está não vai ficar, gente!

Copa, só falam em Copa. O dinheiro vazando, estão colocando embaixo da cueca. Tem muito velhinho cabeludo lá! Procuraram na meia, na barriga, na bolsa, e embaixo das peruquinhas não procuraram. Até quando nós vamos levar essa gente na flauta, tomando o nosso leitinho, roupinha engomada? Eu vou fazer igual ao que eu fiz com os petequiros na frente do meu portão: próxima vez que forem pedir voto, eu vou dar um banho de mijo choco em vocês! Eu estou saturada, eu estou cansada – 48 anos –, e agora fizeram um tal de abaixo-assinado. Se tem rico aqui, eu vou dar a resposta agora. A minha mãe teve 18 filhos. A metade desses prédios em que vocês moram fizeram a metade da metade. É justo o que vocês estão fazendo? Vocês são seres humanos, vocês têm consciência na cara? Nós merecemos, nós temos o direito de morar também, gente! O incomodado que se mude! Vende para nós! Trezentos reais por mês nós pagamos, não é, pessoal? Eles estão sendo incomodados! Quem vai nos procurar para o tal de aluguel social? Quem vai nos procurar para dizer: “Pessoal, vamos dar o bônus, vamos lá

comprar tal casa”? Ou nós vamos ter que gastar as nossas moedinhas para irmos lá? Porque dinheiro eles têm! Eles não querem é gastar com a gente. É até quando isso aí? Eu odeio política; adoro futebol. Odeio, mas agora eu estou vendo tanta coisa que eu não via antes... E nós temos esse direito, esse poder, o poder está conosco! No dia das eleições, o Fortunati estava comendo bolo na Tronco. Lá está tudo bem, não é? As obras estão bombando... Vai para a rádio mentir, que é um mentiroso! Com aqueles cabelos brancos dele, e eu estou cheia de ouvir ele dizer: “O meu serviço é transparente”. Transparente uma ova! Quem é que sabe? Tem que fazer um portal que o povo acesse; quem sabe pede para o outro ensinar, para ver o que está acontecendo. Nós não sabemos de nada, gastamos tempo para lá e para cá! E sempre assembleia! Esse Busatto aí, ele está toda segunda-feira aqui, é o braço direito do homem e não fala nada com nada. Ele poderia falar alguma coisa para nós! É só enchendo morcilha!

Então, é o que eu digo para vocês: vamos nós criar vergonha na cara, chega, chega! Nós estamos matando dez leões por dia, e eles numa boa. Quem é que panfleta para eles? As esposas deles estão lá, as mães estão lá, os filhos estão lá? Não: somos nós, por 20 reais, 30 reais. Vamos criar vergonha na cara! Eu vou juntar latinha, mas para essa gente eu não trabalho, por 20, 30 reais! Eu dou o meu preço para eles. Se quiserem que eu trabalhe para eles, eu dou o meu preço. Chega! Manda eles botar a mãezinha, a esposa, o filho, tudo na esquina, ouvindo desaforo do povo. Não vão, porque tem os otários, que somos nós. Então, vamos dar o troco para eles, sim, vamos mostrar para eles quem é que pode, quem é que manda aqui, se somos nós ou se são eles. Eles comem bem, viajam; e nós, férias onde? Guaíba podre! E as praticinhas? “Tanta praça, tanta praça.” Um balanço, ali caído. O que é isso?!

Então, vamos aproveitar agora. Se ele não me der a minha casa, eu já estou preparada para a luta faz tempo. Eu não vou sair de dentro da minha casa sem eu ir para a minha casa. Eu quero sair dali, eu sou a favor da Copa.

Outra: pensam que vocês vão vender churrasquinho lá, cerveja, docinho? Não! A Copa é para eles, porque só vai passar carro credenciado. Querem vender? Vão vender aqui na esquina do Falcão, porque para lá ninguém vai passar.

Então, vamos junto. Sábado, às 14 horas, levem gaiola, papagaio e caturrita, porque o Prefeito falou que nós fechamos uma ruazinha. Nós vamos fechar uma rua enorme.

Depois, nós vamos para o Centro: Salgado Filho, Ipiranga. Nós temos poder para isso, ou vamos deixar essa banda podre passar de novo? E boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, pessoal. Foi pedido para a Câmara um esclarecimento da Audiência Pública passada, sobre aquele parágrafo que retirava a obrigatoriedade de ficar na região. Os Vereadores que estavam na Audiência fizeram um projeto de lei, assinaram, e o projeto está tramitando na Câmara de Vereadores para reverter aquele parágrafo. Isso é uma resposta para o José, que nos cobrou aqui. Em seguida, nós vamos votar. O Ver. Mauro está assinando, a Ver.^a Fernanda, todos os Vereadores que estavam na audiência pública do Cristal naquele dia.

Quero abrir a palavra para os representantes do Pisa, do Governo – desculpem, os Vereadores querem falar antes...

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-noite a todos e a todas.

Eu pedi para falar antes, eu sei que todos vocês estão muito angustiados com as respostas, que elas se esperam há meses, não é, Juliana? Foram feitos questionamentos muitos importantes que sobretudo dizem respeito à Audiência Pública passada, e eu gostaria de retomar esses encaminhamentos, porque eu estava presente, aconteceu em maio. Como bem falou a Noemi: “De audiência em audiência, a gente fica esperando as respostas concretas”.

Tenho dois pontos que quero retomar com vocês. Primeiro, com todo o respeito aos representantes do Governo, lamento, profundamente, a ausência dos Secretários. Eu acho que é um desrespeito profundo com a comunidade que os Secretários, que estão com a caneta, nomeados pelo Prefeito, não venham às Audiências Públicas responder aos questionamentos feitos pela comunidade! Não é possível que aqueles que estão representando – entre aspas – o povo fujam da sua responsabilidade de vir aqui, ouvir críticas e dar respostas concretas. Isso tem sido, Noeli, recorrente em várias audiências a que a gente vai; não é de hoje aqui no Cristal, não foi na última, lá em abril, mas em várias Audiências Públicas a gente sente falta dos Secretários de várias pastas para resolver os problemas, pelo menos responder aos questionamentos.

Segundo, nós tiramos, naquela audiência, que em um mês seria apresentado para a comunidade – estava o Secretário Adjunto Roni, representando o Dr. Goulart, do

DEM HAB; ele tirou conosco, não é, Jurema? –, que, em um mês, iria apresentar para a comunidade uma lista de terrenos para o reassentamento dos bairros atingidos, sobretudo para as obras da Copa, naquele momento, mas também para as comunidades atingidas pelas obras do Pisa-DMAE. Isso foi em maio, nós estamos em setembro, e não foi feita nem a reunião de apresentação dos terrenos, nem a resposta. E aí eu quero fazer um registro: nem a resposta. A comunidade organizou uma lista de terrenos de que o Mauro falou, de que o Leandro falou, apresentou para a Prefeitura – portanto, fez seu papel de liderança comunitária, exercendo seu direito de fazer política e de lutar por moradia -, e não houve, Gustavo, uma resposta sobre nenhum desses 16 terrenos apresentados por vocês à Prefeitura. Vocês apresentaram também a possibilidade de usar a área do Jockey, pedindo à Prefeitura que encaminhasse um projeto para transformar aquele terreno gigante em Área de Interesse Social, e não houve resposta também sobre esse tema. Ao contrário, foi outro projeto para a Câmara permutando um terreno municipal – como bem falou o Leandro, gigante – por uma questão importante, que é o transporte, mas a resposta do problema da moradia, concreta, não houve. Então, esses três pontos são fundamentais.

E há um quarto problema, que é brutal, que é o bônus-moradia. Nós sabemos que a especulação imobiliária está com os dois olhos em Porto Alegre e valorizou todos os terrenos. Vocês montaram esse bairro, quem lutou por saneamento foram vocês; quem lutou por qualquer equipamento público foram as comunidades que estão há 15, 20, 30, 40 anos lutando pelo seu direito à moradia; valorizaram os terrenos, e não pode ser que a resposta da Prefeitura seja um bônus moradia de 40 mil que não compra casa em lugar nenhum da nossa Porto Alegre. Isso não é nenhuma novidade para vocês, mas eu queira fazer este registro. Foram quatro coisas, e o nosso papel como Vereador é cobrar e também apoiar as lutas...

(Problema técnico na gravação.)

A SRA. MARCIA RODRIGUES:... empréstimo, em 20 de maio de 2009, com um montante financiado na ordem de US\$ 83 milhões, para realizar, entre outras atividades, o reassentamento das famílias na região do Cristal, certo? Ali estão também obras de drenagem, obras viárias, geração de trabalho e renda, e temos mais o fortalecimento

institucional. Esse recurso nós só podemos utilizar ou receber a partir do momento em que apresentamos um projeto ao banco, um processo licitatório no padrão e procedimentos do banco para que ele antecipadamente nos autorize. E somente com a apresentação do que a gente contratou, com a autorização dele, a gente pode, então, solicitar esse recurso.

Porto Alegre, apesar de assinar o contrato de empréstimo em maio de 2009, só teve a autorização para solicitar recursos do banco no final de 2010 e, efetivamente, em março deste ano. Há algumas variáveis externas ao programa, como até denúncias do próprio programa, denúncias lá no banco, e o banco então solicitou que fosse feita uma série de auditorias, como as obras do DMAE, que estavam antecipadas em função dos recursos do PAC, do Saneamento para Todos, para que eles tivessem a certeza de que esse recurso estava sendo investido nessas obras de saneamento. Foi então que ele também exigiu, e todo o programa está calcado numa contratação de uma empresa gerenciadora, o que se deu em março deste ano. Alguns representantes da gerenciadora estão conosco aqui e são técnicos da área de engenharia, da área de acompanhamento social, que está colaborando lá no escritório também, entre outros. Bom, foi a partir de março que a gente conseguiu essa especialização para revisar todos esses projetos. Então afirma aqui que, hoje, o que foi investido no programa com recurso do banco são os bônus-moradia já gastos no programa que o Município antecipou, devido ao fato de o banco só liberar o investimento do programa nesse exercício de 2011, e os bônus vem ocorrendo desde 2008. A Prefeitura antecipou e o banco reconheceu hoje. Esse valor, esse caixa está aberto e é público a todos.

O que a gente tem a falar referentemente aos terrenos da Rua Tamandaré, seguindo a ordem que a Vereadora nos colocou? Desde 2007 – eu nem estava aqui neste programa, eu estava acompanhando um outro, até –, o Município, acredito que junto com o banco e a comunidade, começaram a desenhar o programa e a área de abrangência do Programa Pisa. Foi então que foi publicado o decreto de utilidade pública para o programa. Esse Decreto nº 15.650, publicado, definiu uma poligonal, uma grande área que seria de interesse de reassentamento do programa. O que tinha que ser feito a partir desse decreto? Decretos individuais, conforme lotes particulares ou não, estejam eles sobre a propriedade de um único proprietário ou com as famílias assentadas sobre esse terreno, em relação a esses terrenos, deveria ser publicado um decreto individual para que a

Secretaria da Fazenda, que é órgão competente, fizesse a avaliação do imóvel e então pudesse chamar o proprietário para negociar a desapropriação. Hoje, o terreno próprio municipal é realmente Cel. Claudino, da poligonal do decreto. Foi feito um movimento, este ano, de solicitação à Secretaria da Fazenda, formalização...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. MARCIA RODRIGUES: Coronel Claudino é o único terreno próprio do Município hoje, certo?

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, está um pouquinho barulhento, mas é muito importante. Só as crianças têm direito a fazer barulho neste momento, senão a gente não vai entender as informações. Vamos dar uma seguradinha na conversa paralela. A Marcia falou agora, está dando informação sobre os terrenos para possível reassentamento. Então ela acabou de afirmar que só o Coronel Claudino é próprio da Prefeitura. Agora, vamos escutar o resto, por favor. Obrigada, gente.

A SRA. MARCIA RODRIGUES: Foi encaminhada à Secretaria da Fazenda, então, no início deste ano, a solicitação da avaliação dos terrenos da primeira quadra da Rua Tamandaré segundo o decreto de utilidade pública que definia a desapropriação total desses lotes. Muitos de vocês acompanharam a reunião do OP da região, a reunião do FROP. Aqui que foi solicitado que o Município reavaliasse essa situação e tentasse minimizar o impacto de desapropriação desses terrenos. Então, que a Prefeitura avaliasse a desapropriação parcial dos terrenos, lembrando que o nosso objetivo é reassentar o maior número de famílias, tentar buscar o maior número de unidades habitacionais na região, como é o propósito do programa, o reassentamento na região. Nós fizemos esse exercício, trabalhamos com o projeto de urbanização em que então ocorreu a necessidade de algumas verticalizações, para que a gente pudesse manter o número de unidades habitacionais, e seguimos com a apresentação. A Secretaria da Fazenda avaliou esses lotes de forma parcial. Nessa primeira quadra, os proprietários – eu acho que tem em torno de 30 dias, Vereadora, eu não tenho o número exato – passaram a ser

chamados pela Fazenda para essa negociação: desapropriação parcial. São em torno de dez lotes na primeira quadra da Rua Tamandaré.

Estamos com um novo alinhamento, e, em algumas reuniões, nos foi solicitado que verificássemos o máximo de alinhamento de fundos dos terrenos que podíamos buscar. E está na ordem 288 unidades habitacionais nessa abrangência de terrenos, na Rua Tamandaré. Através do DEMHAB e o do apoio da gerenciadora, estamos findando esse projeto de urbanização, e esse alinhamento, nós passamos com a topografia, ainda esta semana, lá pelos fundos dos terrenos para poder de fato confirmar. Tivemos uma informação de que seriam 65 metros de profundidade, da Rua Tamandaré até os fundos, e buscando agora, com um alinhamento preciso de topografia, se é possível uma profundidade maior da desapropriação desses terrenos.

Também encaminhamos à Secretaria da Fazenda todos os terrenos que dão frente para a Av. Icaraí até os fundos da Rua Cel. Claudino. O que nós temos ali? Conhecido por alguns de vocês, o terreno do Sr. Élio, que já tem o encaminhamento de emissão de posse, já houve uma discussão judicial e há uma emissão de posse, e os demais terrenos até o Arroio Cavalhada e até os fundos da Rua Cel. Claudino. A intenção é que a gente de fato possa executar as unidades para que as pessoas possam ser deslocadas para a execução dessas unidades, principalmente da Rua. Cel. Claudino, que estamos fechando termo de referência, orçamento junto com o DEMHAB, para contratação de projeto executivo. Como informação extra para vocês, nós recebemos o Banco Interamericano, porque veio participar do Congresso Nacional da ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, e confirmamos o encaminhamento desses termos e do orçamento, da Rua Cel. Claudino, para contratação de projeto executivo, solicitando a máxima urgência na aprovação para que possamos formalizar esta obra. Falamos em projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, deu para entender? Na Rua Cel. Claudino, estão contratando para realizar ainda o projeto, ou seja, não está definido o projeto, o tamanho das casas, porque isso é importante. Para ficar claro, quantas moradias seriam na Cel. Claudino?

A SRA. MARCIA RODRIGUES: Cento e vinte e oito moradias. Eu vou passar esta informação, e fica a questão de tamanho, deslocamento para o DEMAHB.

Seguindo com a desapropriação, aquele centro, entre os terrenos que eu descrevi, onde se encontram o Arroio Cavalhada, o campo de futebol, do entorno até a creche, esses lotes, que também são terrenos particulares, não tinham nenhum processo, até o momento, aberto na Secretaria da Fazenda. Então nós estamos executando todo o projeto de desapropriação dessa área, com apoio da gerenciadora, para que formalize à Secretaria da Fazenda encaminhar a desapropriação e a negociação desses terrenos.

O que foi questionado referente à Vila Hípica, nós estivemos em uma reunião, solicitada pela Associação, em dezembro do ano passado, foi minha primeira reunião do Programa, quando a Ver.^a Sofia Cavedon estava presente, representação do Sr. Raul Pont também, e lá nós informamos que tínhamos o projeto executivo concluído, estávamos fechando o orçamento para aprovação do Banco. Na sequência, estivemos em uma reunião no Gabinete de Gestão, com a Vereadora, informando por que nós não tínhamos publicado esse processo. Porque, ao enviar ao BID, esse indicou que o projeto tinha que ser complementado com o projeto de drenagem, ou seja, ele estava prevendo todo o deságue no Arroio Cavalhada, que era uma coisa inadmissível diante de um projeto de saneamento que estava tratando o Guaíba. E essa defasagem era em função das obras do DMAE não terem passado ainda pela Av. Icaraí. Como as obras do DEMHAB já haviam avançado, e teríamos como casar esses cronogramas, o Banco exigiu que a gente fizesse essa previsão no projeto. Essa previsão foi feita junto com o DMAE e DEMHAB, reencaminhamos o processo, já com minuta de edital, ao Banco para a aprovação. O Banco nos informou nesta semana que já recebeu, que está tudo *o.k.* com o projeto e que estará nos formalizando na próxima semana.

Então, nós acreditamos que agora, no mês de outubro, a gente precisa dessa formalização, nós estaremos com certeza publicando as obras da Vila Hípica. São 88 regularizações fundiárias, 35 unidades novas, uma creche para 120 crianças, uma praça e uma associação de moradores; com uma estação de elevação e toda rede de drenagem e circulação de urbanização que temos na Vila Hípica.

Sobre os impactos das obras do DMAE, eu vou falar de uma forma bem geral e pedir para que o colega Paulo, na seqüência, se posicione. Nós tivemos de alterar alguns cronogramas na função de deslocamento, e esse foi um trabalho árduo ao EGP, e está

sendo, de trocas de moradias ou até de priorização de bônus-moradia, para que a gente pudesse possibilitar a execução de alguns trechos de coletores do DMAE para que não ocorresse mais uma rede ligando nada a lugar nenhum, o que está só aumentando ou prejudicando a questão de inundação ou de esgoto, quebrando rede antiga. Então, esse foi algum movimento para que a gente conclua, e o cronograma do DMAE, se não estou equivocada, para esses coletores, é novembro. Eu vou pedir ao Paulo que faça, depois, as considerações quanto ao processo de construção.

Nós estamos, vários técnicos, representando aqui diversas Secretarias. Nós temos, há questão de 30 dias, um novo Secretário de Gestão, o Sr. Urbano Schmitt; estamos recebendo uma série de diretrizes, do próprio Secretário, e do Prefeito, para que a gente otimize o trabalho, tome uma outra linha de trabalho, reunindo-nos com vocês e aproximando-nos de vocês. Hoje coloquei, em uma reunião com o Mauro e com a Jurema, que esta é uma situação que vai passar a se tornar frequente: a gente fazer reuniões apresentando e voltar à discussão com vocês, sobre tamanho de casa, para onde vai, como vai, por comunidade. A EGP já formou as comissões de moradores por vilas. É com essa intenção que a gente trabalha, então, com esses grupos, para que a gente possa também otimizar os encaminhamentos. Como brinquei hoje, a minha participação agora está limitada ao evento de dezembro, mas a gente vai fazer o máximo esforço, eu, principalmente, até essa data.

Vou passar a palavra ao Roberto, do DEMHAB, e peço ao Paulo, do DMAE, que faça depois algumas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Marcia.

O Sr. Roberto Freitas está com a palavra.

O SR. ROBERTO FREITAS: Boa-noite, pessoal. Vou falar da área de intervenção. A área do Decreto de Utilidade Pública, como a Marcia falou, é aquela área que abrange a Av. Icaraí, a R. Cel. Claudino, a R. Cel. Timóteo, e pega todo o arroio, a área onde vocês estão morando atualmente. Ali vocês vão ser reassentados que há duas maneiras: ou através do bônus, ou através do reassentamento. As unidades ou vão ser sobrados ou vão ser edifícios: térreo mais três andares. Isso vai ser discutido e vai ser apresentado

para comunidade através das suas lideranças. Amanhã, inclusive, haverá uma primeira reunião, quando vamos apresentar o programa como um todo, no geral.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vou pedir, de novo, a concentração nossa para não perdermos nada, pessoal.

O SR. ROBERTO FREITAS: A região do Cristal tem dois programas acontecendo ao mesmo tempo: o programa da Tronco, que é mais ao norte, e o Programa Socioambiental, que é mais ao sul – e a comunidade está muito ansiosa, o que é compreensível –, só que o Socioambiental é com verba do BID e a Tronco é com verba da Copa. São dois programas diferentes, só para a gente não misturar as coisas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO FREITAS: A Copa é outra coisa, é importante que a gente esclareça as coisas porque o pessoal acaba misturando as informações.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO FREITAS: O valor do bônus-moradia, atualmente, está naquilo que vocês sabem: 40 mais... mas há estudos para aumentar. Eu não estou autorizado para dizer que aumentou, mas sei que há estudos para aumentar. O que acontece? O Banco liberou um valor, o financiamento do Banco é um valor; tudo o que ultrapassar esse valor vai ter que sair do caixa da Prefeitura. Essa é a matemática.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): E as outras áreas, em que a Marcia não tocou?

O SR. ROBERTO FREITAS: O que temos em termos de cronograma? Nós temos a Vila Hípica, que vai ser a primeira, que deve começar no início do ano que vem, 2012 – no primeiro semestre deverão estar começando as obras, se Deus quiser. Depois nós vamos passar para a área da Cel. Claudino, que está em processo de aprovação na SPM. A Cel.

Claudino deve ficar para um pouco mais adiante, porque se tem que aprovar o projeto; ela deve ficar para 2012/2013.

As áreas da Rua Tamandaré geraram muita polêmica; por que são tão importantes as áreas da Rua Tamandaré? Quando foi feito o projeto urbanístico – a ideia é manter as pessoas onde estão morando, pois a ansiedade das pessoas é a de terem que sair da região –, como a Rua Tamandaré tem dois lotes vazios urbanos muito grandes que dão de frente à Rua e no fundo já tem um próprio municipal, a ideia, ao desapropriar esses lotes, lotes vazios que estão ali a princípio para especulação, esperando o tempo passar, e o Decreto é de 2007, pegamos esses dois lotes. Havia os lotes do lado, nós negociamos com os moradores para saber quem dos outros moradores teriam interesse em ser desapropriados ou não. Essa foi a lógica: tentar manter as pessoas naquele local. Mas nós não temos áreas vazias. Apontamos a área da R. Cel. Massot; essa área é de difícil negociação porque é uma área do IPE. Então, a gente precisa de áreas vazias para deslocar as pessoas, liberar a área para a gente poder construir – é o que a gente chama de plano de migração. Por isso as áreas da Tamandaré são importantes, porque são áreas de vazio urbano. E há vazios urbanos – a gente já pesquisou numa outra etapa do programa – em toda aquela região, vazios urbanos que agora estão sendo utilizados, porque, com o *boom* trazido pelo Shopping, começaram a ser utilizados por condomínios e pequenos condomínios. Na época quando a gente olhou, as áreas estavam vazias. As áreas da Tamandaré são importantes no sentido do plano de migração: são áreas vazias ou subutilizadas, que estão sujeitas à desapropriação. É claro que os proprietários estão livres – e isso é do direito -, há como testar se querem ou se não querem. E o programa não está fechado; foi feita uma proposta geral justamente baseada nisto, que é a nossa preocupação: que toda a comunidade, o máximo, pelo menos, de famílias, a gente consiga deixar naquela área. Se não tivermos áreas ali, vamos ter que procurar áreas em outros locais.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO FREITAS: A área do Jockey é uma outra questão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO FREITAS: A intenção não é tirar vocês. Quando o programa, que é de 2001, começou, existia a ideia de pesquisar áreas, lá para o lado da Estrada das Três Meninas, e tal. Isso antes de entrar o BID, já houve vários órgãos de financiamento. O que existe agora, de concreto no programa, é isso que estou dizendo para vocês. Existe uma área de decreto de utilidade pública, que é esse perímetro que coloquei para vocês: Icaraí, Cel. Claudino, Tamandaré, Timóteo e o Arroio Cavalhada. Ali é o entorno onde vocês vão ser reassentados, é ali vai ficar a população. Nós apontamos também a área do IPE, essa da Cel. Massot. Mas é uma negociação complicada, porque a área do IPE é uma autarquia do Estado, então está tendo dificuldades de acerto de valores com a Fazenda do Município e a do Estado. O que estamos fazendo é um esforço para manter a população ali. O que temos é reassentamento e bônus. Claro que com o bônus pode ser reassentado em vários locais da Cidade, mas a questão do reassentamento é na região, é no próprio local em que vocês já moram.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.).

O SR. ROBERTO FREITAS: A área do Jóquei é uma área do Estado, aí é outro nível de negociação.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, o que o Roberto está afirmando é que tem um polígono, um desenho, que ficarão as famílias, que são as ruas Icaraí, Coronel Claudino...

O SR. ROBERTO FREITAS: Desculpa, Vereadora, é que, na verdade, o decreto é meio recortado, do outro lado da Cavalhada e também algumas comunidades são atendidas, como a comunidade do Pantanal, por exemplo. Eu só dei uma região de referência, das ruas do sistema viário; do outro lado tem a Upamaroti, que também é atingida. Então, do lado de lá tem algumas comunidades que também são atingidas, na Icaraí 2.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Então nós temos uma afirmação aqui do DEMHAB, de que se está construindo alternativas para todos que não aceitarem o Bônus-Moradia aqui na região. Ponto um.

Ponto dois: que foram conformadas comissões por vila. Está confirmado isso? As lideranças que estão aqui, porque cada vila já tem a sua comissão de moradores? Porque vão começar reuniões para discutir o tamanho das casas, lugar e tempo.

A área do IPE: nós vamos aqui, enquanto Câmara, nos comprometer a marcar reunião com o Governo do Estado, e ajudar a deslindar a área do IPE. Estou propondo isso.

O Sr. Paulo Soares, do DMAE, está com a palavra.

O SR. PAULO SOARES: Boa-noite a todos presentes. Sou engenheiro, de uma equipe de sete engenheiros que estão executando as obras do Pisa, de saneamento do DMAE. Como a Marica deve ter falado para vocês, as obras do DMAE são financiadas pela Caixa Econômica Federal. São as obras do DMAE que permitiu que a Prefeitura contraísse um financiamento como Banco Mundial, e executar as outras obras do Pisa da Prefeitura. Então, o ritmo das nossas obras está à frente das outras secretarias. Vocês que são do bairro devem ter visto que de 2008 até 2009, o DMAE lançou redes coletoras. Todas essas estão colocadas, só que não estão em funcionamento, porque, enquanto não estiver pronta a estação de bombeamento C-2, a travessia do Sifão, que é no arroio Cavalhada, o Emissário Aquático e a estação de tratamento, nós não podemos fazer as ligações, mas as redes já estão concluídas.

Eu vim aqui representar o DMAE, porque sabemos que as interferências do DMAE, no bairro, são mais relativas a algumas questões de rachaduras. Porque, como o DMAE tem um ritmo muito maior das obras, nós tivemos que adaptar as redes projetadas, principalmente ao longo do arroio Cavalhada, conforme o beco existente, dadas as dificuldades da Prefeitura em fazer as remoções, os assentamentos e as obras de habitação, que é a maior preocupação da comunidade. Quando eu vim para cá, o colega responsável por um contrato que ainda está em andamento, disse que estaria solucionado, porque as casas que estão ao longo do beco estão sendo tratadas diretamente com o morador, junto com a empresa contratada, para fazer a recuperação de alguma questão que possa ter ocorrido. Porque vocês sabem que na margem do

arroio é aterro, o solo não é bom, e ali está sendo feito um trabalho de colocação de “formiguinha” de tubo.

Se alguém ainda tem moradia ao longo daquele beco, onde foi colocado praticamente quase toda a rede coletora, que ainda tem algum problema pendente, que encaminhe para o Rodrigo Maldine, do EGP, ou para o Wiliam, que eles encaminham para nós tomarmos providencias que possam ter ficado para trás.

Quanto aos problemas de esgoto, as pessoas têm que entender que as redes que nós lançamos não estão em uso, porque não tem por onde escoar. Então, se está tendo problemas, certamente é da rede existente, vinculada à rede pluvial do DEP. Mas, mesmo assim, o DMAE vai lá ver se não houve alguma quebra de coletor ou coisa parecida. Mas como já foi lançada essa rede há um ano, praticamente nas ruas formais, se tivesse algum problema de esgoto decorrente da abertura de valas da obra, já teria ocorrido. Então, geralmente os problemas que devem estar ocorrendo são da rede pluvial que hoje é ligado às casas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos repetir, por favor, Paulo, se ficou problemas pendentes das obras do DMAE, com quem é para falar?

O SR. PAULO SOARES: Se tiver algum problema da rede do DMAE, provavelmente é ao longo do beco, paralelo ao arroio Cavalhada, onde foi lançado, e tem mais uns dois trechos para lançar, perto da creche, e que pode ocorrer alguma rachadura, alguma coisa, em função da escavação no beco, porque o beco é estreito. Se houver algum problema, para facilitar o nosso contato, comunicar-se com o EGP, na Campos Velho, com o Rodrigo Maldine, onde a maioria do pessoal tem o contato, até porque nós também cobramos muito algumas remoções de casas, que, às vezes, não temos como fazer um desvio por beco, não tem como. Há trechos, por exemplo, eu sou um dos fiscais de obras que eu tenho que fazer a colocação do tubo, passando a Icaraí. Quem mora ali ao lado da Icaraí vê que há uma faixa de casas que foram demolidas, porque ali nós vamos começar uma obra para fazer duas tubulações de 60 centímetros de diâmetro, para poder executar a obra. Mas, ao longo desse beco, se tiver alguma rachadura, reporta para o Rodrigo Maldine, dá o nome, que tomaremos as medidas cabíveis com a empreiteira, uma vez constatado que ocorreu em função da obra do DMAE ali. Mais alguma dúvida?

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Paulo, o que estamos anotando em relação ainda às obras do DMAE, é que nós estamos com muito lixo na Comunidade, dentro da vala, porque não gosto de chamar de valão, o que eu anotei aqui das falas: lixo, nós temos que acionar DEP e DMLU mais presentes lá, porque piorou muito a vida das pessoas a obra do DMAE. Tu tens claro isso, não é?

O SR. PAULO SOARES LUZ: É bom uma coisa registrar, vocês sabem que têm muitas áreas que foram citadas aqui: a Vila Hípica, o terreno da Claudino, os depósitos de materiais não foram dos empreiteiros do DMAE, inclusive na minha obra que eu executei em 2008, eu entreguei aquele terreno da Claudino cercado e limpo. O DMAE entregou para o Município aquela área que antes era destinada para a Estação de Bombeamento, foi fotografado, entregue, limpo e cercado. Então, quem está colocando lixo lá são pessoas de outras empresas, construções civis e não do DMAE. Dos valões e arroios, a competência da limpeza é do DEP, rede pluvial.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O nosso pessoal que está registrando, Av. Icaraí 1 e 2, DEP e DMLU, presença constante, limpeza para aliviar o problema seriíssimo dessas duas Comunidades, e Nossa Senhora das Graças, três comunidades as gurias estão anotando. Anotado porque eu esqueci de fazer a síntese antes sobre a Vila Hípica, depois o pessoal reagiu aqui. O que a Marcia está afirmando, apesar de a gente, numa Audiência Pública, em que o Ver. Sebastião Melo coordenou, estava marcada para setembro, mas dessa vez eu acho que vai. Então, a Vila Hípica: resposta do BID semana que vem, em outubro vai o Edital para a rua. Esse é o compromisso e essa é a perspectiva colocada e gravada aqui, Edital de Licitação por isso que ela diz que a obra deve começar no início do ano que vem, porque a licitação leva uns dois ou três meses. Então, assim: vigilância! Nós temos os prazos e vamos acompanhar.

O SR. PAULO SOARES LUZ: Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Paulo. O Ver. Professor Garcia está com a palavra.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ver.^a Sofia, Presidente; demais membros, Ver.^a Fernanda, Mauro, demais Secretarias presentes, DEMHAB, EPTC e DMAE, primeiro eu quero dizer que vocês estão no epicentro do Pisa e vocês sabem desde o início disso. Eu ouvi atentamente as diversas falas, mas a questão do que a Jurema colocou é uma realidade, ou seja, desde o início começou a questão do arroio Cavalhada, 1460 famílias. Podemos retroagir um pouquinho no tempo, lembro que logo no meu primeiro ano de Câmara, em 1997, lembro da questão da Escola Campos do Cristal. Tinha que sair a escola porque um dia seria instalado um *shopping*, e custou a sair, vocês sabem, mas as famílias foram removidas para onde? Vila Nova. É aí que eu quero chegar. O Prefeito Fogaça foi um divisor de águas, num sentido. Qual é o sentido? Como era o sistema de Porto Alegre até 2004, das casas? Alguém sabe? Então eu vou dizer para vocês: ninguém ganhava casa em Porto Alegre, era o Direito Real de Uso, as pessoas iam para as casas se fossem morar 30 anos com direito a mais 30 anos, esse era o sistema de todos, ou seja, não tinham direito à propriedade. O Prefeito Fogaça, no seu entendimento, disse: não acho isso justo. E não vou entrar aqui no mérito, mas a partir de 2005, quem foi para as casas começou a ter o direito de propriedade, que é uma briga. Têm uns que acham: “Pô, mas vai dar a propriedade e daqui a pouquinho ele vende”. No Direito Real de Uso não adianta vender porque nunca vai ser dele, e esses conceitos mudaram. Lembro também que quando foi votada na Câmara a questão do bônus-moradia, que na época foi algo inédito no País, qual foi à briga? Ninguém pode pegar o bônus-moradia se for fora de Porto Alegre, e nós fizemos uma pressão, e eu fui um daqueles que disse: Por que não? Afinal, se as pessoas têm o direito de ir e vir e se vão receber, que morem onde quiserem! E várias famílias optaram, sim, por voltar ao seu *habitat* normal, e muitos até fizeram dentro de uma visão lógica: Pô! R\$ 40.000,00, talvez, eu consiga comprar lá no Interior, porque em Porto Alegre nós vimos que não tem. Então, hoje, o bônus-moradia, se não tiver uma revisão, é inviável, até porque, e é importante fazer o esclarecimento, se alguém acha que as pessoas pegam R\$ 40.000,00, não pegam! O sistema é o seguinte: ela tem que indicar onde tem uma casa de até R\$ 40.000,00, esta casa tem que estar com os impostos em dia, aí o Poder Público vai lá, faz a constatação e compra. Então, isso aí é uma questão...Ah! Mas o dinheiro! Estão pegando dinheiro! Não. Não tem dinheiro. E a gente tem que fazer esse esclarecimento porque, senão, quando muitas verdades começam a

ser ditas, ele muda. Agora o Pisa, como um todo, é o maior Projeto da história de Porto Alegre, o maior Projeto. Até então, R\$ 212 milhões foram gastos na 3ª Perimetral. No Pisa, R\$ 586 milhões. É o maior Projeto da história da Cidade. Aqui na Cavalhada nós vamos ter uma nova Av. Ipiranga, idêntica, vai ser...E aí tu dizes assim: Pô! Mas é bem onde estou morando. É bem onde estou morando! É a Cidade como um todo. O que vai acontecer? As pessoas serão reassentadas, todas. E eu entendo a angústia de vocês. Por quê? Quando é que vai chegar a minha vez? Isto é legítimo, para onde é que eu vou? Agora, também a gente tem que colocar de forma prática, claro que, dentro do possível, ficar no entorno, mas nem sempre dá. Vamos fazer uma recapitulação do que houve em Porto Alegre. Todos os moradores que moravam na orla do Guaíba – começou aqui na Av. Beira Rio, até a praia do Veludo, lá em Belém Novo – foram para onde? Para o Chapéu do Sol, em Belém Novo. Não sei se é bom. Eu perguntaria para a população que já tem casa: será que todos moram onde querem? Tenho certeza de que não, mas talvez morem onde conseguiram adquirir, porque na realidade o que as pessoas querem, mais do que nunca, é o sonho de ter a casa própria e poder dizer: isto aqui é meu. E esse é um processo longo. Eu falei do Chapéu do Sol, mas vamos citar outros lugares. Eu falei também, antes, da Campos do Cristal que foi para a Vila Nova. Mas vamos falar sobre a Vila Dique, sobre a Vila Planetário.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: A Vila Zero Hora não foi no mesmo lugar. No aeroporto não se encontrou área para a Vila Dique, então foi ela para o Porto Seco.

Quero parabenizar as pessoas pela mobilização, porque o processo político, como sempre diz o Melo – ele não está aqui no momento –, é como feijão, funciona sob pressão. E essa mobilização que vocês estão fazendo é legítima, mas também não podemos ficar assim. Eu ouvi algumas falas da população contra a população. Vocês são todos moradores, são todos vizinhos. Não pode ser essa disputa, porque essa disputa aqui no Bairro... Acho que o fator de vocês é o de menos impacto. O impacto maior vai começar quando houver uma Audiência como esta aqui em relação à Av. Tronco, porque o número de moradores, dessa Avenida, que vai ter que sair do leito, é o dobro.

Conversou-se – está mais ou menos acertada – sobre a questão da verticalização, porque, para fazer casa, tiveram que resolver a questão dos edifícios.

É importante a mobilização, continuem mobilizados, mas, ao mesmo tempo, vocês, nesse epicentro, saibam que Porto Alegre, com esse Projeto, muda. Daqui a alguns dias, vai haver confusão lá no bairro Serraria, porque é lá que vai ser a estação de tratamento de esgoto e é lá também que vai dar confusão. Agora, vocês imaginem que, daqui a dois ou três anos, nós vamos poder ter balneabilidade no Guaíba, e aí as pessoas vão poder tomar banho nesse rio. Esta parte aqui não, porque foi aterrada, mas, do bairro Pedra Redonda para lá, nós vamos poder tomar banho.

Então, é difícil? É. A mobilização de vocês continua sendo feita. É importante ter esse contato com as lideranças, para que vocês também opinem, porque se não, muitas vezes, vão dizer: não fui eu, foi o Fulano. Então, a mobilização continua ocorrendo e é importante. Parabéns a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Boa-noite a todos e a todas. Cumprimento a Ver.^a Sofia, nossa Presidente da Casa; todos os representantes das Secretarias, eu agradeço a presença de vocês, mas quero dizer que é lamentável não estarem aqui os Secretários de cada Secretaria para trazerem as informações, ouvirem as reclamações de cada um de vocês.

Eu só queria lembrar um pouquinho alguns fatos, Ver.^a Sofia, até porque, apesar de estar como Vereador, a partir de 2009, a gente sabe um pouco da história, Valdir, e que o Programa Integrado Socioambiental – Pisa – começou ainda no Governo do Partido dos Trabalhadores, lá atrás, e, quando o Fogaça assumiu, esse Programa já estava pronto, era só começar a executar, já havia o recurso do BID, e, infelizmente, eles ficaram, quatro anos, discutindo e não começava. Quando começou – e lembro que eu estava aqui, em maio de 2009, quando o Ver. Sebastião Melo era o Presidente da Casa -, o Coordenador do Pisa, que estava aqui para coordenar esse Programa, que participou e que falou sobre o assunto, talvez seja por isso que houve uma demora, escutas da Polícia Federal, ele caiu porque havia indícios de outros desvios de recursos. O Coordenador caiu lá no início do Programa. Então, por causa disso houve uma das demoras.

Além disso, preocupa-me quando a companheira Marcia fala dos problemas que ocorrem, que o recurso só virá conforme vão aparecendo os projetos. Então vai ser difícil, porque a Prefeitura tem perdido, diariamente, projetos, recursos financeiros que vêm do Governo Federal, porque não há projeto. O Governo Municipal perdeu recurso do Projeto Praça da Juventude, perdeu vários recursos da Cidade por falta de projeto, falta de gestão. E aí a gente vem aqui e vê todo o esforço desses membros da Secretaria para tentarem explicar o que eles não conseguem explicar, porque, por falta de gestão, a Prefeitura não sabe quantas pessoas vão sair, para onde vão, onde vão comprar terreno, qual é o valor do terreno, quanto tem de dinheiro. Quer dizer, por falta de gestão pública, vocês não conseguem saber o que vai acontecer com vocês, e eles fazem o máximo de esforço tentando responder, mas os Secretários e o Prefeito, que eram para estar aqui, não estão. O Secretário de Gestão – a Prefeitura tem um Secretário de Gestão – deveria estar aqui, respondendo, explicando, apresentando não rabiscos, mas um programa, um projeto, mostrando para onde vocês iriam, que tamanho seriam as casas, qual o valor delas. É isso que nós precisamos, e não eles dizerem: eu acho que vai ser lá, que vai ser aqui. Já faz quanto tempo que há o problema, e a Prefeitura não conseguiu apresentar um projeto sério, mostrar os números exatos e dizer para onde vocês vão. A mesma coisa que está acontecendo aqui acontece em outras comunidades. Tenho cuidado o caso lá da Vila Asa Branca, na Zona Norte, no bairro Sarandi, onde ocorre a mesma coisa: apresentaram o cronograma, que já terminou, e o Projeto não anda, as pessoas estão no meio do barro, no meio da água. Então, é isso aí, pessoal, vocês têm que cobrar.

Infelizmente, como Vereadores, nós nos sentimos oprimidos aqui quando vocês cobram, e nós não temos autoridade para trazer esses números, mas estamos juntos para cobrar e para fiscalizar. O que tem que fazer, Sofia, é cobrar uma reunião dos representantes de vocês. O Prefeito tem que receber e dar explicação junto com os seus Secretários. O Prefeito Fortunati, o seu Secretário de Gestão, do DEMHAB, do DEP, têm que sentar à mesa com os Vereadores que estavam aqui presentes, mais os representantes de vocês, mostrar os números e dizer o que vai acontecer nos próximos meses. Não dá para ficar enrolando o povo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Como a Marcia e o Mauro pediram a palavra, eu pergunto à Marcia se o Governo se compromete aqui, na semana que vem, a nos

encaminhar o calendário de reuniões com cada comissão de cada uma das vilas. Assim, a Câmara pode saber quando vão acontecer as reuniões para acompanhá-las. Da minha parte, era isso. Depois, o Mauro fará o encaminhamento final em nome da comunidade. A Sra. Marcia Rodrigues está com a palavra.

A SRA. MARCIA RODRIGUES: Ver. Mauro, só para fazer uma consideração. O recurso do Programa está garantido. O que eu disse é que só recebemos o desembolso com a aprovação dos Projetos. Nós não perdemos esse recurso. É só esse detalhe que eu queria ressaltar.

Quanto ao comprometimento de passarmos um cronograma de reuniões com as lideranças até a próxima semana, está assumido! Nós, junto com o EGP, Ver.^a Sofia, encaminharemos esse cronograma de agendas com as comissões de cada uma das vilas.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ótimo, então teremos essa perspectiva de vir esse calendário para a Câmara poder acompanhar. Registro que o Sr. Carlos Pires, Secretário Adjunto da EPTC, está aqui, o que é muito importante! Como muitos já saíram, esclareço que entregamos um material com a prestação de contas do trabalho que a Câmara Municipal vem fazendo durante o ano, para vocês darem uma olhada.

Acho que o Mauro ainda tem um questionamento para fazer à Câmara; portanto, concedo-lhe a palavra.

O SR. MAURO PEREIRA: Obrigado. Infelizmente, estamos vendo cadeiras vazias. Isso representa o descrédito popular para com as autoridades, o que é muito ruim; para o processo democrático, isso é uma infelicidade. Não deveria ser assim. É por causa desse descrédito que o nosso País, o nosso Estado e a nossa Cidade continuam do jeito que estão, totalmente desorganizados. O povo, descrente, vai embora, é lógico.

Mas para os encaminhamentos finais, Vereadora, eu gostaria de solicitar à Câmara de Vereadores uma nova audiência popular para podermos discutir o Projeto de Lei que autoriza a permuta do próprio municipal, por imóvel de propriedade do Jockey Club do Rio Grande do Sul. Gostaria de lembrar que as comunidades têm interesse nessa área e que é importante voltarmos a dialogar, antes da propositura final da aprovação deste Projeto.

O segundo encaminhamento é que eu gostaria que a Mesa, junto ao Governo Municipal, fizesse um trabalho de estancar esse processo de desapropriação dos moradores da Rua Tamandaré, enquanto não tivermos por definitivo a construção e a ocupação efetiva das áreas que estão disponíveis, porque é uma contradição, do ponto de vista profissional, administrativo e filosófico, fazermos exigências de sacrifício, enquanto há áreas disponíveis e em plenas condições de serem edificadas. Isso é uma contração, uma miopia empresarial e administrativa.

Então, a segunda proposição seria um estanque quanto ao processo de desapropriação da Rua Tamandaré, para verificarmos as reais disponibilidades das áreas da Rua Cel. Claudino, da Rua Cel. Massot, do Jockey Club e outras, que podem receber, em primeira mão, as unidades habitacionais populares.

O terceiro encaminhamento seria que o Governo nos desse um retorno em um prazo de 30 dias. Eu ousou colocar uma data: em 30 dias ou então, no dia 24 de outubro, quando será – se houver possibilidade de transferir a reunião marcada para o dia 4 – a nossa reunião na CUTHAB, dando um prazo de 30 dias ao ente público municipal – a Prefeitura -, e aos demais representantes, até para que aconteçam, nesse interstício, as reuniões com as comunidades dentro das Comissões. Fico claro, assim?

Termino, então, a minha fala agradecendo a todos vocês que vieram aqui, atendendo ao nosso chamado, disponibilizaram-se, deixando de lado os seus afazeres de casa e profissionais, para atender ao clamor popular. Desejo a todos uma boa noite e que, nas próximas reuniões, vocês também venham e tragam seus vizinhos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, estávamos aqui confabulando, assim o Paulo já pode levar o que falamos ao DMAE, porque o DMAE está com mais um processo de venda de terrenos seus, pedindo autorização para a Câmara. Claro que alguns terrenos são muito pequenos, mas há um terreno de mil, cento e poucos metros quadrados, que, mal ou bem, já acomoda algumas famílias. Esse terreno fica no início da Cavalhada. Então, este Projeto de Lei, nós derrubamos na quarta-feira – digo nós, porque falo pela oposição também. Foi pedido, por parte do Governo, renovação de votação; portanto, será votado na segunda-feira à tarde. Nós queremos fazer um apelo ao DMAE para destacarmos esse terreno. Eu posso passar amanhã... Não se sabe bem o endereço, havia uma caixa d'água enterrada e não tem mais.

Então, se é uma área pública, não há por que vendê-la, ou, então, se pudermos negociar, até segunda-feira, para que esses recursos todos sejam para compra de terreno para essa área, dentro do Pisa.

Acho que nesse meio tempo, entre hoje e segunda-feira, podemos evoluir para uma das duas alternativas. Eu quero propor ao Presser, para podermos trazer alternativas para os problemas de moradia aqui.

Está encaminhado, vamos tratar com a CUTHAB para transferirmos a reunião para o dia 24, até para haver tempo para essas reuniões acontecerem.

Para encerrar, eu quero também parabenizar a comunidade pela sua mobilização, apesar de o pessoal ter saído. Também já são 22h, estão cansados.

A Marcia citou, várias vezes, todas as reuniões que fizemos. Digo que nós não temos, como Legislativo, a potência do Executivo, mas estamos tentando fazer o nosso papel, de puxar as linhas. Contem com a Câmara de Vereadores. Boa noite e bom descanso para todos. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h50min.)